

CONCURSO PÚBLICO PARA A CONSTITUIÇÃO DE DIREITO DE
SUPERFÍCIE DE UMA PARCELA DE TERRENO MUNICIPAL E
CONSEQUENTE CONCESSÃO PARA CONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÕES
DESPORTIVAS DESTINADAS A CAMPOS DE PADEL E INSTALAÇÕES DE
APOIO E SUBSEQUENTE EXPLORAÇÃO



Programa do Concurso

Cláusula 1.ª**Objeto do concurso**

1. O presente concurso tem por objeto a constituição de direito de superfície de uma parcela de terreno municipal, delimitada em planta (Anexo I ao caderno de encargos), com a área de 4.080 m², e consequente concessão para construção de instalações desportivas destinadas a campos de padel e instalações de apoio e subsequente exploração, em obediência ao Estudo Prévio que constitui o Anexo II do caderno de encargos.
2. O Município cederá o terreno em direito de superfície.

Cláusula 2.ª**Entidade cedente**

A entidade cedente é o Município da Nazaré, sito em Avenida Vieira Guimarães, 54, 2450-112 Nazaré, endereço de correio electrónico geral@cm-nazare.pt, endereço electrónico www.cm-nazare.pt, telefone n.º 262550010.

Cláusula 3.ª**Órgão que tomou a decisão de cedência**

A decisão de abertura do concurso foi tomada pela Câmara Municipal da Nazaré, na sua reunião de xxx, tendo as condições do concurso sido previamente autorizadas pela Assembleia Municipal da Nazaré, por deliberação tomada em sessão do dia xxx.

Cláusula 4.ª**Consulta e fornecimento do processo de concurso**

1. O processo de concurso pode ser consultado, todos os dias úteis, nas instalações do Município da Nazaré, sitas em Av. Vieira Guimarães, 54, 2450-112 Nazaré, durante as horas normais de expediente (9:00-13:00H/14:00-16:00H), desde a data do início do concurso até ao dia em que terminar o prazo para apresentação das propostas.
2. As peças do concurso serão integralmente disponibilizadas na plataforma de contratação pública Acingov, em www.acingov.pt, e no sítio de internet do Município, em www.cm-nazare.pt.
3. O acesso à referida plataforma que permite ao interessado efetuar a consulta e descarregar as peças do procedimento, só é possível mediante credenciação, junto da empresa Acingov, em www.acingov.pt.
4. O aviso do concurso é publicado em Diário da República.
5. Todas as notificações e comunicações entre a entidade adjudicante, o júri do concurso e os interessados, na fase de formação do contrato, serão efetuadas através da plataforma eletrónica www.acingov.pt.

Cláusula 5.ª**Esclarecimentos**

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso devem ser solicitados pelos interessados, por escrito, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior são prestados por escrito, pelo júri do concurso, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. O Município pode proceder à retificação de erros ou omissões das peças do concurso nos termos e no prazo previstos no número anterior.
4. Os esclarecimentos e as rectificações referidos nos números anteriores serão disponibilizados no sítio do Município, endereço electrónico www.cm-nazare.pt e juntos às peças do concurso que se encontrem patentes para consulta.
5. Os esclarecimentos e as rectificações referidos nos números anteriores fazem parte integrante das peças do concurso a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Cláusula 6.ª**Erros e omissões do caderno de encargos**

1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados devem apresentar ao Município uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do caderno de encargos detectados e que digam respeito a:
 - a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade; ou
 - b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar; ou
 - c) Condições técnicas de execução do objecto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis.
2. Excetuam-se do disposto no número anterior os erros e as omissões que os concorrentes, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas, apenas pudessem detetar na fase de execução do contrato.
3. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, ou até ao termo desse prazo, o Município deve pronunciar -se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando -se rejeitados todos os que não sejam por ele expressamente aceites.

Cláusula 7.ª**Concorrentes**

É concorrente a entidade, pessoa singular ou coletiva, que participa em qualquer procedimento de formação de um contrato mediante a apresentação de uma proposta.

Podem concorrer todas as pessoas singulares ou coletivas que não se encontrem em nenhuma das situações de impedimento previstas no artigo 55.º do C.P.P.

As pessoas singulares ou coletivas podem também concorrer sob a forma de agrupamento, qualquer que seja a atividade exercida por si, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação, desde que todos os membros do agrupamento possuam condições legais adequadas ao exercício da atividade.

Os membros de um agrupamento concorrente não podem concorrer no mesmo procedimento a título individual, nem integrar outro agrupamento concorrente.

Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis pela manutenção da proposta, perante a entidade concedente.

Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, numa única entidade, na modalidade jurídica de ‘Sociedade Comercial’.

Cláusula 8.ª

A Proposta e seus Elementos

1. A proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.
2. Na proposta os concorrentes devem indicar todos os elementos solicitados, devendo para o efeito considerar todas as condições e informações constantes do presente Programa do Procedimento, Caderno de Encargos e demais documentação anexa.
3. A proposta deve ser assinada pelo concorrente ou seus representantes legais.

Cláusula 9.ª

Modo de Apresentação e de Entrega das Propostas

1. Os documentos que constituem as propostas são apresentados através da plataforma eletrónica Acingov, até ao termo do prazo fixado no presente Programa de Procedimento.
2. A proposta deve ser redigida em língua portuguesa.
3. As propostas, assim como todos os documentos carregados na plataforma eletrónica Acingov devem ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada que permitam atestar os poderes de representação, nos termos da legislação em vigor.
4. Quando algum documento se encontre disponível na internet, o concorrente pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade concedente o endereço do sítio onde aquele pode ser consultado, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documento dele constante estejam redigidos em língua portuguesa.
5. Em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou autenticidade dos documentos que constituem a proposta, apresentados diretamente na plataforma eletrónica de contratação pública Acingov, pode a entidade concedente exigir ao concorrente a

apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada.

6. No caso de agrupamento de candidatos, as candidaturas devem ser assinadas eletronicamente pelo representante comum.

7. O preço da proposta deve ser expresso em euros, por extenso e algarismos, e não incluirá o I.V.A. (em caso de divergência prevalece o preço indicado por extenso).

8. A plataforma eletrónica disponibiliza aos concorrentes um formulário específico para preenchimento, o qual constitui a base da informação a enviar posteriormente ao portal único dos contratos públicos.

9. O não preenchimento do formulário referido no número anterior é causa de exclusão da proposta.

Cláusula 10.ª

Conteúdo da proposta e seus documentos

1. A proposta é, obrigatoriamente, instruída com os seguintes documentos:

a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, assinada pelo concorrente ou por quem tenha poderes para o obrigar, a qual deverá ser elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I deste Programa de Procedimento.

Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes;

b) Documento elaborado em conformidade com a minuta constante do Anexo II ao presente Programa de Procedimento, do qual faz parte integrante, no qual o concorrente indique o valor do preço que se propõe pagar pela concessão, com exclusão do I.V.A.

c) Plano Financeiro e de Exploração, que inclui o (1) Plano de Investimentos - que contemple o montante total de investimento a realizar, o (2) Plano de Financiamento - que demonstre a forma como a empresa pretende financiar o projeto e o (3) Plano de Exploração - com apresentação da proposta de programação e oferta desportiva, com quadro de atividades, principais e complementar a realizar, a organização de eventos, os horários de funcionamento e eventuais propostas de parceria com o Município e outras entidades locais.

d) Cronograma dos trabalhos necessários à instalação e montagem do equipamento desportivo, bem como do início de exploração, tendo por referência o prazo máximo previsto no Caderno de Encargos.

2. Os concorrentes podem apresentar quaisquer outros documentos que considerem indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º 1 do artigo 57º do C.C.P., donde resulta que os mesmos terão obrigatoriamente de respeitar os atributos da proposta, de acordo com a qual se dispõe a contratar.
3. Quando a proposta for apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração referida no número anterior deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.
4. A não apresentação, na proposta, de quaisquer dos documentos exigidos no presente artigo, ou a sua apresentação incompleta, determina a exclusão da mesma.

Cláusula 11.ª

Prazo para apresentação da proposta

1. As propostas deverão ser apresentadas até às 23h59m do 30.º dia, a contar da data da publicação do Aviso no Diário da República.
2. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
3. A data limite fixada pode ser prorrogada, a pedido dos interessados, em casos devidamente fundamentados, ou quando as retificações ou os esclarecimentos solicitados não possam ser fornecidos nos prazos estabelecidos para o efeito.
4. A prorrogação de prazo prevista no número anterior beneficia todos os interessados.
5. As propostas, uma vez recebidas e até ao termo do prazo fixado para a sua apresentação, podem ser retiradas, desde que tal vontade seja manifestamente expressa pelo concorrente à entidade concedente.
6. A retirada da proposta não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro do prazo inicialmente fixado.

Cláusula 12.ª

Abertura das Propostas

1. O júri do procedimento, depois do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicitação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica *Acingov*.
2. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de três dias contados da publicitação da lista, devendo, para o efeito, apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.

Cláusula 13.ª

Prazo de Obrigação de Manutenção das Propostas

Os concorrentes ficam obrigados a manter as suas propostas durante um período de 120 (cento e vinte dias) contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Cláusula 14.ª**Propostas Condicionadas e com Variantes**

Não é admitida a apresentação de propostas condicionadas ou que envolvam alterações ou variantes das cláusulas do Caderno de Encargos.

Cláusula 15.ª**Esclarecimentos a prestar pelos Concorrentes**

1. O júri do procedimento, na fase de apreciação das propostas e sempre que o considere necessário para efeitos de análise e da avaliação destas, pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as mesmas.
2. Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes não podem contrariar os elementos constantes dos documentos que constituem as propostas, nem alterar ou completar os respetivos atributos, nem podem suprir as omissões que determinariam a sua exclusão nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do C.C.P.
3. Os esclarecimentos referidos no número anterior serão disponibilizados na plataforma eletrónica Acingov, caso em que todos os concorrentes serão imediatamente notificados desse facto.

Cláusula 16.ª**Júri do concurso**

1. O concurso é conduzido por um júri, constituído por 3 (três) membros e terá a seguinte constituição:
Presidente: Salvador Portugal Formiga, Vereador da Câmara Municipal;
Vogal: Helena Pola, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira;
Vogal: Paulo Contente, Chefe da Divisão de Planeamento Urbanístico, em regime de substituição
Suplentes:
Ricardo Caneco, Técnico Superior Jurista;
Maria João Cristão, Técnica Superior Arquiteta.
2. O júri poderá recorrer a assessoria de técnicos das várias especialidades da Câmara Municipal.

Cláusula 17.ª**Critério de adjudicação**

1.1. As propostas são avaliadas tendo em conta os fatores e subfactores que densificam o critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa para o Município da Nazaré, bem como os valores dos respetivos coeficientes de ponderação que se apresentam seguidamente:

- A) Plano Financeiro e de Exploração: 60%
 - A1) Plano de Exploração: 60%
 - A2) Plano de Investimentos: 20%
 - A3) Plano de Financiamento: 20%
- B) Proposta de Remuneração - Preço: 40%

1.2. Cada fator ou subfactor tem associada uma escala de pontuação (parcial)

1.3. Cada escala de pontuação (segundo um determinado fator ou subfactor elementar) é definida através de uma expressão matemática ou em função de um conjunto ordenado de níveis de desempenho de referência.

1.4. Essa expressão matemática e esses níveis de desempenho de referência são definidos com base nos diferentes atributos suscetíveis de serem propostos para o(s) aspeto(s) da execução do contrato submetido(s) à concorrência pelo caderno de encargos respeitante(s) a esse fator ou subfactor elementar.

1.5. Todas as pontuações parciais assim como a pontuação global serão apresentadas com 2 casas decimais e arredondamento simétrico.

2. Avaliação parcial das propostas segundo o fator A (“PLANO FINANCEIRO E DE EXPLORAÇÃO”):

2.1. Os subfatores ínsitos a este fator serão avaliados através da análise comparativa dos atributos da proposta apresentada por cada concorrente, da seguinte forma:

- (1) Plano de Investimentos – apresentação fundamentada do montante total de investimento a realizar;
- (2) Plano de Financiamento – demonstração precisa da forma como a empresa pretende financiar o projeto e;
- (3) Plano de Exploração – apresentação detalhada da proposta de programação e oferta desportiva, com quadro de atividades, principais e complementar a realizar, a organização de eventos, os horários de funcionamento e eventuais propostas de parceria com o Município e outras entidades locais.

Sempre na perspetiva das soluções que melhor defendam o interesse público municipal e de acordo com o quadro seguinte:

Níveis de desempenho de referência	Pontuação Parcial
A proposta atende de forma adequada a todos os requisitos desejáveis e as soluções apresentadas revelam todo o interesse público	Até 100
A proposta respeita as condições imperativas definidas no Caderno de Encargos, mas não apresenta soluções que prossigam, de forma relevante, o interesse público municipal	Desde 0

d) Atribuição pelo Júri da pontuação parcial fundamentada a cada proposta apresentada, através de juízos de comparação entre os respetivos atributos e os níveis de desempenho de referência estabelecidos para este subfactor elementar, sendo que a pontuação máxima é de 100 pontos e a pontuação mínima é de 0 pontos.

2.2. A pontuação parcial de cada proposta, corresponde ao resultado da soma das pontuações parciais, da proposta, obtidas em cada subfactor elementar, multiplicadas pelos valores dos respetivos coeficientes de ponderação.

3. O fator B “PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO”, será calculada por aplicação da seguinte fórmula:

$$P = \frac{V_p - V_b}{V_b} \times 100$$

Em que:

Vp – Valor da remuneração proposta

Vb – Valor da remuneração base (preço base estabelecido no procedimento)

4. O valor da pontuação total da propostas será calculado através da seguinte fórmula:

$$PT = Pfa \times 60\% + Pfb \times 40\%$$

Em que:

PT: pontuação total

Pfa: pontuação atribuída no fator A

Pfb: pontuação atribuída no fator B

Cláusula 18.ª

Causas de exclusão

Além das demais causas de exclusão plasmadas no CCP, a proposta que não cumpra o preço mínimo de cedência do direito de superfície da parcela de terreno bem como os demais elementos que constam do caderno de encargos, será objeto de exclusão e tem-se como inexistente para todos os efeitos.

Cláusula 19.ª

Preço mínimo

O preço mínimo de constituição do direito de superfície e consequente direito de concessão é de 10.000,00 € (dez mil euros).

Cláusula 20.ª**Relatório preliminar**

1. Após a análise das propostas, o júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual deve propor a ordenação das mesmas.
2. No relatório preliminar a que se refere o número anterior, o júri deve também propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas.
3. Do relatório preliminar deve ainda constar referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes.

Cláusula 21.ª**Audiência prévia**

Elaborado o relatório preliminar referido no artigo anterior, e se aplicável, o júri envia-o a todos os concorrentes, fixando-lhes um prazo, não inferior a dez dias, para que se pronunciem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

Cláusula 22.ª**Relatório final**

1. Cumprida a fase de audiência prévia, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta.
2. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.
3. O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo do procedimento, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.

Cláusula 23.ª**Adjudicação**

1. A decisão de adjudicação, acompanhada do relatório final, é notificada, em simultâneo e por via eletrónica, a todos os concorrentes, sendo que o adjudicatário é também notificado para juntar os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto no artigo 81.º do CCP, bem como para prestar caução.
2. Juntamente com a notificação da decisão, o Município deve notificar o adjudicatário para apresentar, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da data de comunicação da decisão, o pedido de licenciamento da operação urbanística a levar a cabo, para aprovação, pela Câmara Municipal da Nazaré, que cumpra as condições urbanísticas do Caderno de Encargos, sendo esta aprovação condição da eficácia da deliberação de adjudicação.

3. Exceto por facto que não lhe seja imputável, a falta de entrega, dentro do prazo que para o efeito lhe for concedido, dos documentos de habilitação e/ou da prestação de caução a que se refere o ponto anterior, implica a caducidade da adjudicação.
4. Verificando-se a situação de caducidade a que se refere o ponto anterior, a adjudicação será efetuada à proposta ordenada em lugar, imediatamente, subsequente.

Cláusula 24.ª

Documentos de Habilitação

1. Os documentos de habilitação a apresentar pelo adjudicatário em cumprimento do disposto no artigo 81.º do C.C.P. e aplicáveis ao presente procedimento concursal:
 - a) Declaração elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo 3 ao presente Programa do Procedimento;
 - b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações de impedimento previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do C.C.P..
2. Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa, sendo que, quando os mesmos pela sua própria natureza ou origem estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
3. Quando os documentos a que se refere a alínea b) do n.º 1 do presente artigo se encontrem disponíveis na *Internet*, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar aos Serviços responsáveis da entidade concedente, o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que o referido sítio(s) e documento(s) dele(s) constante(s) estejam redigidos em língua portuguesa.
4. Sob cominação da adjudicação caducar, os documentos de habilitação devem ser apresentados na plataforma eletrónica <http://www.acingov.pt>, no prazo de 10 dias úteis a contar da data da notificação da adjudicação.
5. Perante a indisponibilidade da plataforma eletrónica referida no número anterior, a reprodução dos documentos de habilitação pode ser apresentada mediante o envio para o endereço do correio eletrónico geral@cm-nazare.pt da entidade concedente identificada na cláusula 2.ª do Programa do Procedimento.
6. Em caso de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP, o adjudicatário dispõe, ainda, de um prazo de 10 dias para a supressão dessas irregularidades.
7. Sem prejuízo de participação criminal à entidade competente, a falsificação de qualquer documento de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações, determina a caducidade da adjudicação.

Cláusula 25.ª

Caução

1. Sob pena de a adjudicação caducar, o adjudicatário deverá prestar caução através de depósito em dinheiro, garantia bancária ou seguro-caução, no prazo de 15 dias após a notificação da decisão de adjudicação.

2. A caução será no valor mínimo de 10% do montante total a pagar pelo direito de superfície/concessão (da proposta de remuneração), pagável à primeira solicitação e sem reservas.
3. A caução destina-se a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações do adjudicatário, designadamente a obrigação de celebrar o contrato respetivo e ainda o cumprimento de todas as obrigações do concessionário.
4. Prestada a caução, deve o adjudicatário, no dia imediatamente subsequente à sua prestação, fazer prova da mesma junto da entidade concedente.
5. A entidade concedente pode considerar perdida a seu favor a caução prestada, independentemente de decisão judicial, nos casos de não cumprimento das obrigações legais, contratuais ou pré-contratuais pelo adjudicatário.

Cláusula 26.ª

Minuta e outorga do Contrato

1. A minuta do contrato é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar depois de comprovada a prestação da caução pelo adjudicatário.
2. O adjudicatário/concessionário fica obrigado a pronunciar-se sobre a minuta do contrato e eventuais ajustamentos propostos, sendo que, na falta de aceitação expressa ou quando não seja apresentada reclamação nos cinco dias subsequentes à respetiva notificação, se consideram aceites.

Cláusula 27.ª

Encargos

1. Constituem encargos dos concorrentes todas as despesas inerentes à elaboração das propostas, incluindo as decorrentes da prestação da caução.
2. São ainda encargos do concorrente adjudicatário/concessionário as despesas e encargos inerentes à redução do contrato a escrito.

Cláusula 28.ª

Impugnações Administrativas

As impugnações administrativas dos atos pré contratuais (decisões administrativas e peças do procedimento) devem ser apresentadas na plataforma eletrónica de contratação pública Acingov.

Cláusula 29.ª

Legislação aplicável

Em tudo o omissso no presente programa de procedimentos, observa-se o disposto no Código dos Contratos Públicos e restante legislação aplicável.

ANEXO I - MODELO DE DECLARAÇÃO

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) ...

b) ...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que:

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (4) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (5)] (6);

c) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (7) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (8)] (9);

d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (10);

e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (11);

f) Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;

g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho (13);

h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos

termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (14);

i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes (15) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes (16)] (17):

i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Acção Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;

ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Acção Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;

iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;

iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;

j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo ii do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (18)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (5) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (6) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (7) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (8) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (9) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (10) Declarar consoante a situação.
- (11) Declarar consoante a situação.
- (12) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (13) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (14) Declarar consoante a situação.
- (15) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (16) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (17) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (18) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II – MINUTA DA PROPOSTA DE PREÇO

..... (indicar: nome, estado, profissão e morada ou firma e sede), depois de ter tomado conhecimento do objeto do procedimento de “concurso público para a constituição de direito de superfície de uma parcela de terreno municipal e consequente concessão para construção de instalações desportivas destinadas a campos de padel e instalações de apoio e subsequente exploração”, obriga-se a executar o referido contrato de concessão, de harmonia com o programa do procedimento e com o caderno de encargos, pelo preço de €:.....(.....euros), a pagar à entidade concedente.

À quantia supra acresce o Imposto sobre o Valor Acrescentado, à taxa legal em vigor.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação Portuguesa em vigor.

..... (local), (data), (assinatura)